

Belluzzo descarta programa recessivo

São Paulo — O Governo brasileiro já comunicou ao FMI que só aceitará um acordo com os bancos credores se tiver aprovado programa de ajustes que permita ao país um crescimento de 5% a 6% ao ano, rejeitando a hipótese de adotar uma política recessiva, como aconteceu em outros governos. A afirmação é do secretário especial de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, ao explicar que o Brasil não aceita, "de forma alguma", submeter-se às exigências do FMI, entre elas a de gerar um superávit fiscal de 4% do PIB, o que representaria Cr\$ 50 trilhões em 86.

Belluzzo informou que a primeira fase de projeções do programa de ajuste de três anos a ser encaminhado ao FMI — o Governo quer colocá-lo em prática a partir de 86 — ficará pronta em meados do próximo mês, incluindo itens prioritários como: reforma tributária, investimentos públicos, aplicações na área social, privatização de empresas públicas e geração de novos empregos.

Ainda dentro do programa de ajuste, o Governo, segundo o secretário especial para assuntos econômicos, deverá criar a secretaria do tesouro — um órgão com status da secretaria geral do Ministério da Fazenda, com a incumbência de controlar os gastos do setor público. "O Governo gasta mal, não tem controle dos seus gastos e não tem prioridades para os seus investimentos", reconheceu Belluzzo, durante a gravação de entrevistas concedidas ontem aos programas Negócios em Exame e Cash, da Abril Vídeo.

O programa de ajustes inclui, em sua primeira fase, o pacote tributário. "Os assalariados que ganham até 30 salários mínimos podem ficar tranquilos, porque a reforma tributária atingirá os que ganham acima disso, e nem sempre só com salários", explicou Belluzzo. O pacote tributário dará ao Governo recursos de Cr\$ 40 trilhões, sendo Cr\$ 5 trilhões resultantes das mudanças no IOF e Cr\$ 12 trilhões com pessoas jurídicas.